

Congresso reafirma a valorização da Classe e a defesa da democracia

Com uma participação ativa, a delegação da Amagis reafirmou seu compromisso com a valorização da Classe e defesa da democracia no XXIV Congresso Brasileiro de Magistrados (CBM), promovido pela AMB, de 12

a 14 de maio, em Salvador (BA). Durante o encontro, ministros das Cortes superiores, juristas e autoridades destacaram a importância do Judiciário e da atuação da Magistratura para o País.

PÁGINAS 4 E 5

AMAGIS



Delegação da Amagis atuou pela valorização da Magistratura e do Judiciário

Amagis vai a Brasília pela atualização dos subsídios e do VTM

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, tem mantido agenda intensa no Congresso Nacional na defesa da atualização dos subsídios da Magistratura e da aprovação da

PEC 63, que institui a Valorização por Tempo na Magistratura e no Ministério Público (VTM). A cada reunião, mais parlamentares têm manifestado seu apoio aos pleitos da Classe.

PÁGINA 3

Amagis atua por direitos dos aposentados

PÁGINA 6

AMAGIS
Saúde!

Primeira corrida de rua da Associação será neste semestre

PÁGINA 32

Associação vai ao TJ em defesa de benefício

PÁGINA 9

Gestão itinerante é retomada

PÁGINA 7



Rua Albita, 194
Cruzeiro
Belo Horizonte-MG
CEP 30.310-160

Receba informações da Amagis pelo
Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367

Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista

Diretoria visa à valorização de magistradas

PÁGINAS 10 A 12

Estamos ativos na luta para barrar a destruição da Classe

LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS *

Batem e tentam afetar nossos direitos em campanhas sistemáticas, mas não contavam que, do outro lado, há juízes e juízas e uma Classe organizada e forte em torno da Amagis e da AMB, em parceria com demais Associações estaduais de magistrados e de outras carreiras. Com essa atuação e integração, não deixaremos destruírem a Magistratura e o Sistema de Justiça.

Agem dessa forma porque estamos ativos e pressionando pela atualização dos subsídios e criação de mecanismos de valorização e aperfeiçoamento da carreira. Temos avançado com adesões de peso, como a do presidente do Congresso Nacional, o senador Rodrigo Pacheco. Não buscamos a unanimidade, apenas o reconhecimento da importância social da Magistratura.

A oposição à nossa atuação pode ser vista em várias manifestações, como o desprezo aos direitos humanos, a onda de agressão às mulheres e ataques à democracia. Como pontuou o presidente do STF, ministro Luiz Fux, no Congresso da AMB: "Onde não há juízes, não há democracia, não há ordem e não há paz".

Temos consciência; por isso, estamos lutando e mobilizando aliados em Brasília e em toda a Minas Gerais.

Nossa gestão itinerante foi a Montes Claros, em maio, chegamos a Teófilo Otoni e região no início deste mês, sempre levando essa mensagem da união, força e busca por conquistas.

Hoje, estamos empenhados, em Minas e no País, na aprovação da PEC 63 como instrumento efetivo de valorização e reconhecimento da dedicação da Magistratura ao longo da carreira. De maneira simultânea, focados igualmente na atualização dos subsídios em defesa de um direito constitucional e imprescindível.

Nossa disposição é sem tamanho e cresce a cada dia canalizada em várias coordenadorias participativas e compartilhadas. Uma delas, por exemplo, a Amagis Mulheres está se movimentando e abrindo espaços.

Registramos ainda duas notas, uma de celebração, outra de pesar. A saudação é por conta dos 71 anos da Escola Nacional da Magistratura, vocacionada e dedicada à formação continuada. E a tristeza vem pela morte do notável professor Cançado Trindade, especialmente nestes tempos de intolerância e violação dos direitos humanos. Perda para Minas, o Brasil e o mundo.

(*) Presidente da Amagis

"Temos avançado em adesões de peso, como a do presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, na busca do reconhecimento de nossa importância social"



PRESIDENTE
JUIZ LUIZ CARLOS
REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA
Juíza **Rosimere das Graças do Couto**

VICE-PRESIDENTE FINANCEIRA
Juíza **Roberta Rocha Fonseca**

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Juiz **Jair Francisco dos Santos**

VICE-PRESIDENTE DO INTERIOR
Juiz **Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro**

VICE-PRESIDENTE
SOCIOCULTURAL-ESPORTIVO
Desembargador **Maurício Pinto Ferreira**

VICE-PRESIDENTE DE
APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Desembargadora **Heloísa Helena de Ruiz Combat**

DIRETORA-SECRETÁRIA
Juíza **Ivone Campos Guilarducci Cerqueira**

DIRETOR-SUBSECRETÁRIO
Juiz **Evandro Cangussu Melo**

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
Juíza **Daniela Cunha Pereira**

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Bruno Gontijo •
Mtb - MG: 11008

JORNALISTAS
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.100 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

DECISÃO

CORREÇÃO DOS SUBSÍDIOS E VTM AVANÇAM NO CONGRESSO NACIONAL .03

MAGISTRATURA MOSTRA FORÇA NA DEFESA DO JUDICIÁRIO E DA DEMOCRACIA .04

AMAGIS ATUARÁ NO LEGISLATIVO POR EXTENSÃO DE DIREITOS A APOSENTADOS .06

GESTÃO ITINERANTE RETOMA INTEGRAÇÃO COM MAGISTRATURA EM DUAS SECCIONAIS .07

AMAGIS ELABORA CARTILHA SOBRE PRERROGATIVAS DA CLASSE .08

DIRETORIA REQUER INCLUSÃO DE DIREITOS NA BASE DE CÁLCULO DAS FÉRIAS-PRÊMIO .09

PARCERIA GARANTE REALIZAÇÃO DE CURSOS DE AUTOPROTEÇÃO PARA MAGISTRADAS .10

AMAGIS PROPÕE AO TJMG RESOLUÇÃO DE APOIO ÀS JUÍZAS GESTANTES E PUÉRPERAS .11

AMAGIS DEBATE VALORIZAÇÃO DAS MAGISTRADAS NO JUDICIÁRIO .12

PARCERIA ENTRE AMAGIS E AMM FORTALECE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NO INTERIOR .13

COORDENADORIA DEFINE POLÍTICAS E CRIARÁ AÇÕES A PARTIR DE QUESTIONÁRIO .14

ENM CELEBRA 71 ANOS E RETOMARÁ A REALIZAÇÃO DE CURSOS PRESENCIAIS .15

AMAGIS CONSOLIDA PARCERIA COM DOM HELDER POR ESCOLA DA MAGISTRATURA .17

ASSOCIATIVISMO É PAUTA DE REUNIÃO COM COMITIVA PARAGUAIA .21

SAÚDE

AMAGIS SAÚDE É REFERÊNCIA E PARCERIA PARA A ADEP/MG .30

CIRURGIA ROBÓTICA É INCLuíDA NO ROL DE PROCEDIMENTOS DA AMAGIS SAÚDE .31

Correção dos subsídios e VTM avançam no Congresso Nacional

A AMB, Amagis e Associações de magistrados estão trabalhando intensamente, em Brasília e em seus Estados, pela atualização dos subsídios da Classe e a aprovação da PEC 63 (Valorização por Tempo na Magistratura e no Ministério Público – VTM), que está pronta para deliberação no Senado Federal.

De acordo com o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, a expectativa das Associações é de que a VTM possa ser aprovada quando for colocada em votação. Entre os indicativos para essa avaliação positiva, estão declarações favoráveis de parlamentares, como a feita pelo presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, no XXIV Congresso Brasileiro de Magistrados da AMB (Leia mais nas páginas 4 e 5).

A aprovação da VTM tem sido discutida com Rodrigo Pacheco desde o início do ano, quando o presidente da Amagis, a presidente da AMB, juíza Renta Gil, e o desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente do TJMG e da Amagis e assessor especial da AMB, reuniram-se com o parlamentar, no dia 8 de fevereiro, na residência oficial da Presidência do Senado.

Durante corpo a corpo no Congresso Nacional, em 2 de junho, o presidente da Associação recebeu o apoio de mais parlamentares para a aprovação da VTM, como o senador Izalci Lucas, que manifestou posição favorável à valorização da carreira.

Para o presidente Luiz Carlos, a aprovação da VTM cria um instrumento efetivo de valorização e reconhecimento da dedicação da Magistratura à Justiça ao longo da carreira. “As Associações estão empenhadas na aprovação da PEC-63. Nosso objeti-

AMAGIS



Luiz Carlos e Rosimere do Couto na reunião da Coordenadoria Estadual da AMB



Luiz Carlos e o senador Izalci Lucas



Desembargadora Heloísa Combat

vo é corrigir, a cada dia, eventuais diferenças na carreira. E a VTM pode ser um passo significativo nesse sentido”, afirmou.

A atualização dos subsídios da Magistratura tem sido tema recorrente nos encontros com senador Rodrigo Pacheco, como na reunião em 10 de março, na qual a classe foi representada pela presidente Renata Gil e o desembargador Nelson Missias, e em conversas das Associações com os parlamentares de seus Estados.

A reposição inflacionária e a VTM também foram discutidas nas reuniões da Coordenadoria da Justiça Estadual e Conselho de Representantes, que antecederam o Congresso da AMB, das quais o presidente Luiz Carlos e a vice-presidente Administrativa, juíza Rosimere do Couto, participaram. A vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, desembargadora Heloísa Combat, tomou parte da reunião da Coordenadoria dos Aposentados da AMB.

TIAGO PARRELA



ALMG

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu o deputado estadual João Leite, na sede da Associação, no dia 23 de maio. Durante o encontro, eles conversaram sobre temas relacionados à segurança pública e aos direitos humanos. O parlamentar manifestou preocupação com as pessoas em situação de rua e falou sobre a importância do auxílio a essa parcela da população. Atualmente, a Amagis conta com a atuação de sua Diretoria de Apoio Social.

DEFESA DA MAGISTRATURA

CONGRESSO DA AMB

Magistratura mostra força na defesa do Judiciário e da democracia

Durante três dias, magistrados e magistradas de todo o País debateram os desafios da Classe e do Judiciário, reafirmaram a defesa das prerrogativas, da reposição dos subsídios, da aprovação da PEC 63/2013 (Valorização por Tempo na Magistratura e no Ministério Público – VTM) e da democracia. Essas discussões ocorreram no XXIV Congresso Brasileiro de Magistrados (CBM), promovido pela AMB, de 12 a 14 de maio, em Salvador (BA).

Os princípios aprovados no Congresso estão registrados na Carta de Salvador, e expressam o acúmulo das discussões realizadas entre a AMB e as Associações estaduais de magistrados em reuniões como a da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMB, em 11 de maio, que antecedeu o CBM.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e a vice-presidente Administrativa da Associação e vice-presidente de Assuntos Jurídicos da AMB, juíza Rosimere do Couto, participaram dessa reunião.

Na avaliação do presidente Luiz Carlos, as deliberações do Congresso sintetizaram os anseios da Magistratura nacional, na medida em que articularam a valorização da Classe e a defesa das prerrogativas, como instrumentos necessários ao fortalecimento do Judiciário e da Democracia. “Uma Magistratura forte e um Poder Judiciário independente são imprescindíveis para a democracia. E alinhado a esses princípios, o Congresso apontou importantes avanços”, afirmou.

O avanço das pautas em valorização da Classe ficou claro quando, na abertura do Congresso, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, defendeu a aprovação da VTM. “É preciso o reconhecimento das excepcionalidades da carreira. A legítima reestruturação da Magistratura é necessária para evitar a distorção de um magistrado no início da carreira ter a mesma remuneração que um magistrado no final da carreira”, disse o senador.

DEFESA DA DEMOCRACIA

A defesa da democracia foi um dos pontos altos do CMB. Na conferência magna, o ministro Luiz Fux, presidente do Supremo, ressaltou a importância da Magistratura

FOTOS: AMB



Comenda da Magistratura foi entregue na abertura do congresso



Mais de mil magistrados participaram do encontro em Salvador

“Uma Magistratura forte e um Poder Judiciário independente são imprescindíveis para a democracia. E alinhado a esses princípios, o Congresso apontou importantes avanços”

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

“A Justiça é a última porta que o aflito tem para bater. Não há democracia sem Justiça. Onde não há juízes, não há democracia, não há ordem e não há paz”

Ministro Luiz Fux
Presidente do STF

para o Estado Democrático de Direito. “A Justiça é a última porta que o aflito tem para bater. Não há democracia sem Justiça. Onde não há juízes, não há democracia, não há ordem e não há paz”, afirmou.

O ministro do STF e presidente do TSE, Edson Fachin, palestrou no último dia do Congresso e defendeu a legitimidade e a lisura do processo eleitoral brasileiro. “O ponto central no processo eleitoral é o desafio de respeitar a escolha do povo, assumir e garantir o resultado das eleições de 2022. O desafio é o respeito à soberania popular, à ordem e ao sufrágio universal, mesmo após as eleições”, concluiu.

No mesmo dia, o ministro do STF Alexandre Moraes, que presidirá o TSE nas eleições deste ano, disse que a imprensa livre, eleições periódicas e transparentes e um Poder Judiciário independente são os três pilares da democracia. Segundo o magistrado, a estabilidade da Repúbli-

DEFESA DA MAGISTRATURA

ca depende da dignidade do Judiciário. “Vamos cumprir a nossa missão constitucional, como já estamos cumprindo, garantindo os direitos fundamentais e as garantias constitucionais”, assegurou.

MAGISTRATURA DO FUTURO

O painel Magistratura do Futuro também teve bastante repercussão entre os participantes do congresso. O desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente do TJMG e da Amagis, foi um dos convidados para abordar a questão e proferiu palestra sobre o Judiciário do Futuro, em que abordou o impacto das tecnologias na Justiça.

O magistrado comentou os desafios enfrentados nos últimos anos, como a pandemia da Covid-19. Nelson Missias destacou que, nesse período, a realidade se transpôs sobre a ação profissional dos magistrados, que tiveram de se adaptar rapidamente para responder satisfatoriamente às demandas da sociedade. Durante a pandemia, já na gestão de Nelson Missias, o TJMG obteve altos índices de produtividade.

Ao abordar as novas tecnologias, o magistrado ressaltou os benefícios trazidos pelas inovações e manifestou suas preocupações. “O que eu temo, todavia, é que acabemos nos tornando reféns dos algoritmos, e que estes venham, em prazo relativamente curto, parametrizar decisões e sentenças e, conseqüentemente, anestesiar a reflexão e os sentimentos. A matéria com que lidamos é o ser humano, com corpo, alma, dores e sentimentos, que jamais poderão ser reduzidos a um algoritmo”, disse Nelson Missias.

APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

Os debates sobre o aperfeiçoamento da Justiça, em suas diversas áreas de atuação, foi outro tema relevante do

AMAGIS



Magistradas mineiras tiveram participação ativa no congresso da AMB

AMAGIS



Ministro Barroso e Luiz Carlos

CBM. Como parte dessas discussões, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, encontrou-se com o ministro do STF Luís Roberto Barroso, no dia 13 de maio, para conversar sobre o sistema penitenciário brasileiro.

Atento aos direitos humanos, o ministro Barroso ressaltou em seus votos, no

AMB



Nelson Missias durante palestra

Supremo, a importância da manutenção da dignidade humana em todas as suas vertentes. Na ocasião, Luiz Carlos entregou um exemplar do livro ‘Tratamento Penitenciário – Um estudo sobre tortura, maus-tratos e assistência às pessoas privadas de liberdade’, escrito por ele e o sociólogo Luís Flávio Saporì.

Carta de Salvador reafirma importância da Classe na defesa do Estado Democrático

A defesa do Estado Democrática de Direito foi um dos importantes pontos aprovados ao final do Congresso, no dia 14 de maio, inscrito na Carta de Salvador. No documento, a Magistratura conclama a população ao exercício do voto, escolhendo, de maneira livre e consciente, seus representantes para ocupar posições nos poderes Executivo e Legislativo.

Os participantes do congresso também reafirmaram a lisura de todo o processo eleitoral, sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral desde o registro de candidaturas, fiscalização de campanhas, organização do pleito, até a coleta dos votos e

sua íntegra e transparente apuração.

A defesa da liberdade de expressão também foi garantida na Carta de Salvador, com a ressalva de que as máquinas, a inteligência artificial, não podem, pelos seus vieses algorítmicos, representar ameaça à democracia.

O incentivo à participação feminina no Judiciário, com a provação da defesa da efetivação da Resolução CNJ 255/2018, que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, foi outro ponto importante da Carta de Salvador.

LEIA A CARTA



DEFESA DA MAGISTRATURA

VALORIZAÇÃO DA CLASSE

Amagis atuará no Legislativo por extensão de direitos a aposentados

Reunida no dia 27 de maio, a Diretoria da Amagis definiu que irá apresentar, nos próximos meses, propostas de alteração legislativa para extensão de direitos pagos aos magistrados da ativa à aposentados e pensionistas. Mais detalhes serão divulgados quando as minutas das proposições forem finalizadas.

Os dirigentes também decidiram intensificar as ações nas comarcas do interior do Estado, incluindo a realização do Integramagis, como já ocorreu na Comarca de Teófilo Otoni (Vale do Mucuri), no dia 3 deste mês. Também foi aprovada a criação de Seccionais da Amagis nas Comarcas de Contagem e Betim, ambas na Grande Belo Horizonte.

A realização do Congresso

AMAGIS



Diretoria decidiu pela realização do Congresso Estadual da Magistratura

Estadual da Magistratura foi outro tema de destaque da reunião. Os diretores decidiram pela criação de uma comissão organizadora, que será coordenada pelo juiz Auro Aparecido Maia de Andrade, ouvidor da Asso-

ciação. As datas e demais informações sobre o congresso serão divulgadas oportunamente.

Com relação à gestão patrimonial, a Diretoria acenou com a revisão dos valores das diárias das colônias de férias

da Amagis, que foram reduzidos durante a pandemia. A retomada dos valores praticados antes da pandemia deverá ser feita após estudo a ser apresentado pelo Departamento Financeiro da Associação.

NOVO DESEMBARGADOR

O advogado Leonardo de Faria Beraldo tomou posse, no dia 23 de maio, no cargo de desembargador do TJMG, na vaga do quinto constitucional. O novo magistrado foi empossado pelo presidente do Tribunal, desembargador Gilson Soares Lemes, em solenidade da qual participaram o governador Romeu Zema, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e o vice-presidente Sociocultural-esportivo, desembargador Maurício Pinto Ferreira.

AMAGIS



LINEA
ODONTOLOGIA COMPLETA

CONDIÇÕES ESPECIAIS!

Dr. Antônio Miguel da Silveira

(31) 99693-2367

@lineaodonto

lineaodonto.com.br

(31) 3221.8470

Av. do Contorno, 4849 - Funcionários, Belo Horizonte - MG

IMPLANTES

HARMONIZAÇÃO FACIAL

FACETAS

RESINAS

PERIODONTIA E DEMAIS ESPECIALIDADES

RT | Dr. Antônio Miguel | CRO-MG 50.044 | EPMAC-M-815

Gestão itinerante retoma integração com Magistratura em duas Seccionais

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, reuniu-se com juízes e juízas das Seccionais de Montes Claros (Norte de Minas) e de Teófilo Ottoni e região (Vale do Mucuri), respectivamente nos dias 5 de maio e 3 de junho, para discutir a defesa das prerrogativas e direitos da Magistratura mineira, como a reposição dos subsídios e a tramitação da PEC 63, que institui a Valorização por Tempo na Magistratura e no Ministério Público (VTM).

Na Comarca de Montes Claros, Luiz Carlos anunciou a Coordenadoria de Defesa das Prerrogativas dos Magistrados (*sai-ba mais na página 8*). Em Teófilo Ottoni, além das discussões sobre as condições de trabalho da Classe, a Associação promoveu sua primeira edição do Integramagis, da atual gestão, em uma comarca do interior. A reunião que aconteceria em Uberlândia no dia 20 de maio foi adiada.

A Diretoria da Associação intensificará a interiorização, com a promoção do Integramagis a cada dois meses e a realização de reuniões presenciais com juízes e juízas em suas comarcas.

O fortalecimento da atuação da Amagis nas comarcas do interior de Minas Gerais é um dos objetivos da atual Diretoria, que, no início da gestão, criou 12 Coordenadorias Regionais, nas quais atuam mais de 80 magistrados.

Com seu trabalho, as coordenadorias facilitam a interlocução entre a Diretoria e os associados, na medida em que a representação da Amagis foi ampliada em todas as regiões do Estado.

FOTOS: AMAGIS



Atualização dos subsídios e VTM foram pautas em Teófilo Ottoni



Em Montes Claros, presidente fez um balanço da atuação em Brasília

Amagis lamenta perda de Cançado Trindade

A Diretoria da Amagis divulgou nota de pesar pelo falecimento do jurista Antonio Augusto Cançado Trindade, aos 74 anos, ocorrida no dia 29 de maio, em Brasília.

Na nota, o presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, manifestou condolências com a perda do jurista. “Lamento profundamente, especialmente nestes tempos tão duros de intolerância e violação dos direitos humanos, que o mundo

perca um homem da envergadura do professor Cançado Trindade”, declarou.

Em 2014, a convite da Amagis, Cançado Trindade proferiu palestra sobre os direitos humanos no plano internacional no auditório da Associação. Naquele ano, o jurista foi homenageado pela Amagis com a Medalha Guido de Andrade, em cerimônia que também agraciou a ministra Cármen Lúcia, do STF.

AMAGIS



Antonio Augusto Cançado Trindade

DEFESA DA MAGISTRATURA

GESTÃO PARTICIPATIVA

Amagis elabora cartilha sobre prerrogativas da Classe

Após o anúncio da criação da Coordenadoria de Defesa das Prerrogativas dos Magistrados, no dia 3 de maio, durante reunião com magistrados e magistradas da Comarca de Montes Claros (Norte de Minas), o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, decidiu elaborar uma cartilha sobre as prerrogativas da Classe.

A edição do livreto tem como objetivo contribuir para os trabalhos da Coordenadoria, reunindo em um só documento informações sobre a Lei Orgânica da Magistratura e garantias constitucionais. A cartilha também trará contatos para que os magistrados possam acionar a Associação na defesa sua independência funcional em todas suas vertentes.

De acordo com o presidente Luiz Carlos, a Coordenadoria cumprirá impor-

AMAGIS



Com o corregedor-geral Agostinho Azevedo, Luiz Carlos reúne-se com juizes

tante papel na defesa das prerrogativas em todo o Estado. “Para nós, a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade dos vencimentos são como cláusulas pétreas”, afirmou.

Comprometida com a defesa das prerrogativas, a Amagis obteve, no dia 12 de maio, a êxito em ação no CNJ, que julgou improcedente reclamações infundadas de um advogado em desfavor de magistrados.

A COOPERATIVA DO MAGISTRADO

www.sicoobjusmp.com.br

(31) 3048-5574

SICOOBJUS-MP
Cooperativa de Crédito

Benefícios

Cartão de Crédito com isenção de anuidade*



Participação das sobras

Crédito consignado com taxas especiais



Isenção do pacote de serviços

Financiamento para equipamento fotovoltaico



Financiamento de veículos com taxas especiais



*de acordo com a sua análise de crédito

Rua dos Timbiras, 2928 - 6º andar - Barro Preto - Belo Horizonte/MG

Diretoria requer inclusão de direitos na base de cálculo das férias-prêmio

TIAGO PARRELA

A Diretoria da Amagis formalizou, em 25 de maio, no TJMG, nota técnica solicitando a inclusão de todas as verbas de natureza permanente na base de cálculo da conversão das férias-prêmio em pecúnia. O documento foi entregue pelo presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, ao presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes.

A nota técnica, elaborada com o apoio do Departamento Jurídico da Associação, assinala entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no seguinte sentido: “as rubricas que compõem a remuneração do servidor deverão ser incluídas na base de cálculo da conversão da licença-prêmio em pecúnia, dentre elas o auxílio-alimentação, o abono de permanência e a saúde suplementar”.

O documento também faz menção ao Decreto Estadual 44.391/2006, cujo artigo 3º prevê que o pagamento das férias-prêmio em espécie será calculado com base na última remuneração do servidor, considerando as parcelas inerentes ao exercício do cargo, excetuadas as parcelas eventuais e o pró-labore.



Valorização da Magistratura foi discutida durante a reunião no TJMG

Considerando esses aspectos técnicos, entre outros, a Diretoria da Associação solicitou a inclusão na base de cálculo da conversão das férias-prêmio em pecúnia de todas as verbas de natureza permanente, em quantia correspondente à da última remuneração do magistrado.

Participaram também da reunião, os

desembargadores Caetano Levi, diretor presidente da Escola Nacional da Magistratura, e Maurício Pinto Ferreira, vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Rosimere do Couto, e o vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Jair Francisco dos Santos.

Teleconsulta

Faça sua consulta médica pela internet



www.amagissaude.com.br



Pacote completo a partir de: 10x R\$ 238,40 por pessoa em apto duplo

- Aéreo ida e volta
- 05 noites de hospedagem com café da manhã no Acqua Inn Maceió
- Traslado de chegada e saída

Período de 19 a 24 de março/23 (consulte outras saídas)

OITO TURISMO

BH Shopping
(31) 3286.3999 (31) 3568.8880
contato@oitoturismo.com.br
www.oitoturismo.com.br

Parceria garante realização de cursos de autoproteção para magistradas

TIAGO PARRELA

No dia 20 deste mês, será realizado o primeiro curso de autodefesa exclusivo para as magistradas mineiras. A capacitação foi viabilizada, no dia 25 de maio, a partir da assinatura de convênio entre a Amagis, TJMG, AMB, Escola Nacional da Magistratura (ENM), Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), a Polícia Militar de Minas Gerais e o Corpo de Bombeiros do Estado.

Na assinatura do acordo, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, disse que iniciativas voltadas para autonomia e segurança das magistradas são de extrema importância. Ele destacou o empenho do desembargador Caetano Levi, diretor-presidente da ENM, que idealizou e concretizou o curso de autoproteção. “Para nossa Associação, é uma felicidade integrar uma ação dessa magnitude”, comentou.

O desembargador Caetano Levi agradeceu o apoio para a realização do curso e ponderou que a primeira edição, realizada com as magistradas mineiras, poderá se transformar em um projeto piloto para o Brasil. Na avaliação do presidente do TJMG, de-



Curso poderá se tornar referência para a Magistratura nacional

sembargador Gilson Lemes, a iniciativa é extremamente importante para incrementar a autodefesa das magistradas.

Com o convênio, deverão ser ofertados cursos com armas de fogo, autodefesa, análise de riscos, prática de tiro defensivo, defesa pessoal (evasiva e defensiva), entre outras atividades que pode-

rão ser desenvolvidas a partir de estudos realizados pelas instituições parceiras.

Os desembargadores Tiago Pinto, 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, José Arthur Filho, presidente eleito do TJMG, Marcos Henrique Caldeira Brant, Maurício Pinto Ferreira, vice-presidente Sociocultural-Esportivo, a vice-

-presidente Administrativa, juíza Rosimere da Graça do Couto, o vice-presidente de Saúde, juiz Jair Francisco, o juiz Cassio Fontenele e a juíza Marcela Novais, além do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Edgard Estevo da Silva, e o comandante da PMMG, coronel Rodrigo Souza Rodrigues, participaram da reunião.

Sinal vermelho contra a violência doméstica



Juíza Roberta Rocha Fonseca
Vice-presidente Financeira da Amagis



Amagis propõe ao TJMG resolução de apoio às juízas gestantes e puérperas

TIAGO PARRELA

A Diretoria da Amagis apresentou, no dia 16 de maio, ao presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, proposta de resolução sobre o programa de apoio às juízas gestantes e puérperas. O presidente eleito do Tribunal, desembargador José Arthur Filho, também participou do encontro.

Segundo a juíza Roberta Chaves Soares, coordenadora da Amagis Mulheres, a proposta apresentada pela Associação foi desenvolvida a partir das rodas de conversa promovidas mensalmente com as magistradas mineiras. “A realidade é angustiante, com pressão da sociedade e do jurisdicionado, o acúmulo de trabalho também é muito grande, além da responsabilidade. É muito importante ter ações e programas voltados a essa questão”, disse a magistrada sobre a proposta de resolução apresentada ao Tribunal.

A juíza Daniela Cunha Pereira, diretora de Comunicação da Associação e integrante da Amagis Mulheres, esclareceu que, com a resolução, o Tribunal poderá definir parâmetros sobre acúmulo de serviço, quando



Minuta propõe parâmetros para evitar sobrecarga de trabalho

a magistrada está em gestação ou no puerpério. “Hoje em dia, não existe uma normativa do Tribunal e, muitas vezes, é a própria magistrada que acaba preparando a substituição na comarca, o que eventualmente pode gerar prejuízos tanto para a magistrada quanto para os jurisdicionados”, observou.

De acordo com o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, a proposta

apresentada busca otimizar os trabalhos do Tribunal, levando em consideração a realidade das magistradas gestantes e puérperas. “Sabemos dos desafios enfrentado pelas colegas nesse importante período de suas vidas, quando acabam ficando sobrecarregadas para manter a prestação jurisdicional”, comentou.

O presidente Gilson Lemes considerou a iniciativa importante e encaminhou a proposta

de resolução para apreciação dos órgãos técnicos do Tribunal.

Os desembargadores Tiago Pinto, 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, Antônio Armando dos Anjos, coordenador do Programa Novos Rumos, a desembargadora Valéria Rodrigues, superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude, e a juíza convocada Maria Lúcia Cabral Caruso também participaram da reunião.

PL 3.137/21

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, reuniu-se, no dia 2 de maio, com o juiz Antônio Leite de Pádua, da 4ª Vara de Sucessões e Ausências de Belo Horizonte, com o vice-presidente Sinfazfisco-MG, Unair Gonçalves Junior, com o ex-ministro do TSE e consultor jurídico Sinfazfisco-MG, Joelson Dias, e o coordenador jurídico do sindicato, Alexandre Gervásio. Na ocasião, foi discutido o PL 3.137/21, do deputado João Magalhães, que tem por objetivo dar celeridade a processos envolvendo heranças.

GEÓRGIA BAÇVAROFF



ASSOCIATIVISMO

PARTICIPAÇÃO FEMININA

Amagis debate valorização das magistradas no Judiciário

Comprometida com a valorização das magistradas mineiras, a Diretoria da Amagis, por meio da Coordenadoria Amagis Mulheres, promoveu, no dia 27 de maio, a palestra “As mulheres na Magistratura brasileira: cenário e perspectivas”, proferida pela juíza Mariana Rezende Ferreira Yoshida, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS), mestranda em Direito e Poder Judiciário na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

Segundo a palestrante, apesar de a população brasileira ser composta por 52% de mulheres, esse índice não se reflete proporcionalmente nas instâncias de poder no País, como o Judiciário. A juíza também afirmou que 30% das magistradas ouvidas em sua pesquisa disseram já ter sofrido atitudes discriminatórias por outros profissionais do sistema de Justiça.

Com relação à progressão na carreira, Mariana Yoshida apontou um decréscimo no percentual de promoção de magistradas, especialmente por merecimento, conforme a carreira avança. De acordo com a juíza, o desafio de conciliar vida profissional e pessoal criam barreiras para que as magistradas ascendam na carreira.

Na avaliação da pesquisadora, a criação de espaços sobre a participação feminina, sobretudo no associativismo, a criação de políticas judiciárias e a implementação da Resolução 255/18, do CNJ, que institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, são instrumentos para combater as desigualdades na carreira.

“O futuro é promissor, mas de grande resistência e luta. Por isso, acredito tanto na

IZABELA MACHADO



Magistradas e magistrados mineiros participaram da palestra na Associação

potência do associativismo, pois são nas associações onde mais encontramos espaços para debates e reflexões sobre a perspectiva de gênero”, afirmou Mariana Yoshida.

ABERTURA

Na abertura do evento, a juíza Roberta Chaves Soares, coordenadora da Amagis Mulheres, comentou que, após quase 20 anos de judicatura, ao assumir o 4º Juizado de Violência contra a Mulher, passou a compreender melhor parte dos desafios enfrentados na carreira. “Muitas vezes, fui preterida e não entendia o motivo. Por tantas vezes, precisei falar mais alto só para ser ouvida. Foi quando me vi naquele local que comecei a entender a razão de estar aqui hoje. A luta é grande, mas a nossa força é maior”, afirmou.

Em sua saudação, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, fez uma pequena homenagem a sua mãe, que se dedicava à família e à profissão. “Minha mãe sempre foi o esteio da nossa família,

com seu equilíbrio e tranquilidade. Quando convivo com minhas colegas magistradas, sempre lembro de minha mãe, pois penso no quanto as mulheres se desdobram no dia a dia, muito mais do que nós, homens. Por isso, tenho um profundo carinho e respeito por minhas colegas que abraçam a função da judicatura”, disse.

ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA

Como parte das ações da Amagis Mulheres, a Diretoria da Amagis promoveu ainda, no dia 25 de maio, a palestra “Descomplicando investimentos: como garantir seu futuro sem depender dos outros”, com o especialista em gestão financeira Marco Túlio Jota e a advogada Marina Lemes Teixeira.

Os convidados falaram sobre a participação da mulher no planejamento financeiro e as melhores estratégias de gerenciamento de recursos. Considerado amplo, o tema abordado é de interesse de todos os magistrados e magistradas.

HOMENAGEM

A desembargadora Márcia Milanez foi homenageada, em 26 de maio, por magistrados do TJMG pela sua aposentadoria, ocorrida cinco dias depois. A ministra Nancy Andrighi, do STJ, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e o vice-presidente Sociocultural-esportivo, desembargador Maurício Pinto Ferreira, participaram da despedida. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o conselheiro do TCE e ex-governador Antônio Anastasia enviaram mensagens de reconhecimento à magistrada.

GEÓRGIA BAÇVAROFF



Parceria entre Amagis e AMM fortalece atuação institucional com municípios

FOTOS: IZABELA MACHADO



Ao lado do presidente da AMM, Julvan Lacerda, Luiz Carlos ressaltou o diálogo com os Três Poderes

Na abertura do 37º Congresso Mineiro de Municípios, no dia 1º de junho, a Amagis e a Associação Mineira dos Municípios (AMM), organizadora do evento, assinaram convênio de cooperação mútua, cujo objetivo final é fortalecer as relações institucionais entre o Judiciário e poder executivo dos 853 municípios mineiros.

A parceria prevê a cooperação dos municípios em frentes de trabalho da Magistratura,

como atuação conjunta em situações de catástrofes naturais. Também estão previstas a realização de ações em datas relevantes para o Judiciário e as cidades, e a divulgação do potencial turístico e gastronômico do Estado.

Em sua saudação aos participantes do congresso, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, ressaltou a importância de a Associação, a Magistratura e o Judiciário man-

terem um diálogo cada vez mais dinâmico com os municípios mineiros. “Nossa parceria é no sentido de que os magistrados mineiros fiquem cada vez mais próximos dos cidadãos e dos municípios, apoiando-os tanto nos momentos difíceis quanto compartilhando a beleza e cultura das cidades”, comentou.

O presidente da AMM, Julvan Lacerda, agradeceu o apoio da Amagis e destacou a importância da parceria. “A

Amagis vem somar e trazer a força do Judiciário à população, com equilíbrio e justiça social. O convênio só pode render bons frutos”, afirmou.

Realizado no Expominas, nos dias 1º e 2 de junho, o Congresso da AMM teve como tema a ‘Governança e desenvolvimento em foco nas gestões municipais’. Mais de 8 mil pessoas entre autoridades e representantes dos municípios mineiros participaram do evento.



Presidente da Amagis e o secretário de Governo Igor Eto



Autoridades destacaram a importância da parceria

ASSOCIATIVISMO

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Coordenadoria define políticas e criará ações a partir de questionário

GEÓRGIA BAÇVAROFF

A Coordenadoria de Política de Proteção e Apoio Integral à Pessoa com Deficiência da Amagis lançou, em 30 de maio, questionário para obter mais informações sobre associados, dependentes e agregados com deficiência, que tenham doenças incapacitantes, degenerativas ou síndromes raras, dentre outras condições especiais de saúde.

A elaboração do formulário foi definida, no dia 2 de maio, durante reunião entre o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, a vice-presidente Administrativa, juíza Rosimere do Couto, vice-presidente de Saúde, juiz Jair Francisco dos Santos, os juízes Christyano Generoso e Marcos Bartolomeu, e o assessor da presidência da Amagis, Thiago Almeida.

O questionário tem como objetivo levantar informações para que a Coordenadoria possa atuar, em todas as esferas, na



Coordenadoria atua na defesa dos interesses das pessoas com deficiência

defesa do interesse dos associados e dependentes que, em razão de deficiência ou vulnerabilidade particular, necessitem de apoio especial e extraordinário

Com os resultados desse levantamento, a Diretoria da Amagis realizará estudos para

avaliar a necessidade de propor ao Tribunal a regulamentação da resolução nº 343/20, do CNJ, que instituiu condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência.

PARTICIPE



MORAR. TRABALHAR. INVESTIR.

PARA CADA MOMENTO, A EPO
TEM O IMÓVEL IDEAL PARA VOCÊ.

Desde 1992, o nosso propósito é **construir soluções inovadoras** para melhorar a ocupação urbana e **transformar vidas** com projetos marcados pela excelência e pelo comprometimento do nosso trabalho.

São mais de **400 empreendimentos** e **1,5 milhão de m²** construídos com inteligência construtiva e engenhosidade.

Confira o nosso **desconto do ITBI exclusivo*** para você que é associado e deseja adquirir um produto EPO.

* Consulte as condições válidas até 31/12/2022



KLASH

EPO. Soluções inovadoras em
empreendimentos imobiliários.

CONHEÇA MAIS SOBRE A EPO:
☎ (31) 99678-4422 🌐 epo.com.br



APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

FORMAÇÃO PERMANENTE

ENM celebra 71 anos e retomará a realização de cursos presenciais

A retomada dos cursos presenciais da Escola Nacional da Magistratura (ENM) faz parte da celebração dos 71 anos da instituição, completados em 24 de maio. O anúncio desse retorno foi feito pelo diretor-presidente da ENM, desembargador mineiro Caetano Levi, durante a 10ª Reunião do Conselho de Representantes da AMB, realizada no dia 12 de maio.

Segundo o magistrado, o planejamento da Escola inclui a promoção de cursos e eventos no exterior e intercâmbios, para que os associados possam frequentar universidades de outros países. Entre os intercâmbios previstos, está uma parceria para que os associados da AMB frequentem as universidades israelenses. “Os intercâmbios irão proporcionar aos nossos associados e associadas uma visão diferente sobre outras realidades”, avaliou o magistrado.

Os cursos realizados pela ENM são voltados às áreas que constituem um desafio profissional para os magistrados. As atividades na modalidade de ensino à distância serão mantidas e aperfeiçoadas. Outra novidade da escola, em 2022, foi a criação de uma nova plataforma digital para a submissão de artigos científicos à revista da ENM.

AMB



Desembargador Caetano Levi

Manchester Investimentos celebra 55 anos e traz novo conceito de assessoria financeira para Belo Horizonte

A Manchester Investimentos, casa especializada no atendimento a clientes de alta renda, private e corporate, traz como bagagem 55 anos de experiência no mercado financeiro. Suas equipes de alto nível técnico, com apoio em inteligência de mercado, administram uma carteira de mais de R\$ 14 bilhões de ativos – uma evidência da credibilidade conquistada pela empresa que, em mais de meio século de existência, vem multiplicando resultados e preservando a sua reputação e a sua cultura. A Manchester está entre as mais antigas casas de investimentos do País e foi um dos primeiros escritórios de agentes autônomos a se conectar à plataforma da XP na região Sul do país, em 2007. A filial de Belo Horizonte, é localizada numa região nobre da cidade, na Praça da Assembleia, traz aos investidores mineiros a tradição e a experiência consagradas nacionalmente. **“Nosso compromisso é entregar as melhores soluções financeiras para o cliente, por meio de uma equipe de alto nível técnico, em parceria com a XP, uma das maiores instituições do Brasil”**, explica Christiane Coutinho, Head da Filial.

Conheça a equipe Manchester Belo Horizonte



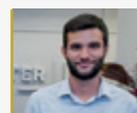
Christiane Coutinho

Possui experiência de 16 anos no mercado financeiro com público alta renda e private, em instituições como ABN AMRO, Itaú Personalité, HSBC, além de ter atuado como gerente geral de Agência Select no Santander.



Ana Cristina Rodrigues Garrido, CFP®

Atua no mercado financeiro desde 2009, especialmente em assessoria de investimentos corporate e private. Passou pelos Bancos Santander, Itaú Personalité e Safra.



Felipe Davila Moreira

Desde 2016, atua na área de assessoria de investimentos e mercado de capitais, com grupos familiares e econômicos, com foco em atendimento a clientes alta renda e private.



Leone Mendes Junqueira

Atuou como Gerente Pessoa Jurídica e Pessoa Física de alta renda por mais de 14 anos na gestão de grandes carteiras de investimentos nos Bancos Itaú, Santander e Citibank.



Luís Gustavo Martins

Atua no mercado financeiro há mais de 25 anos, com foco em atendimento alta renda, Private e Corporate, passando pelos Bancos Real, ABN Amro e Santander.



Vitor Lopes

Graduando em Ciências Econômicas no IBMEC - BH. Atua no mercado financeiro desde o início de 2021, com atendimento ao público de alta renda e private.

MANCHESTER INVESTIMENTOS - BELO HORIZONTE
Praça Carlos Chagas, 49 - 11 andar | Bairro Santo Agostinho
(31) 2526-3300

MANCHESTER
INVESTIMENTOS
55 ANOS





ESPECIALISTA EM LEILÕES JUDICIAIS

0800 242 2218
37 9 9827 5613
indicacao@mgl.com.br

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)

Administrador Judicial

Administração judicial, promovendo o planejamento de recuperações de empresas.

Advogados

Habilitação e movimentação processual, assessoria e correspondência jurídica.

Peritos

Elaboração de relatórios e laudos técnicos, cumprindo as determinações impostas sempre com a presteza e eficiência.

Economistas

Previsão econômica para empresas, elaboração de planejamento de aplicações financeiras e perspectiva macro micro econômica.



GRUPOCRÉDITO

Soluções para todas as fases processuais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br

APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

RESIDÊNCIA JURÍDICA

Amagis consolida parceria com Dom Helder por Escola da Magistratura

GEÓRGIA BAÇVAROFF

Com a assinatura do termo de cooperação técnica entre a Amagis e a Escola Superior Dom Helder Câmara, no dia 9 de maio, a Diretoria da Associação deu mais um importante passo na consolidação da Escola Superior da Magistratura.

O acordo estabelece a colaboração no desenvolvimento conjunto de pesquisas e a promoção de cursos, seminários e atividades de formação profissional para os estudantes da Dom Helder e para os magistrados mineiros, considerando os objetivos da Escola da Magistratura da Amagis.

Também está prevista a cooperação, entre as duas instituições, na promoção de cursos de formação continuada para o programa de residência jurídica, autorizado pelo CNJ por meio da Resolução 439, de 7 de janeiro de 2022.

Segundo o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, é importante motivar o ingresso de novos profissionais nas carreiras vinculadas ao Poder Judiciário. “É com muita alegria que assinamos hoje esse termo de cooperação por meio do qual será



Parceria prevê formatação de residência jurídica para operadores de direito

oferecida a possibilidade de formação com especialização e preparação para as carreiras jurídicas”, afirmou.

De acordo com o pró-reitor da Dom Helder, Francisco Haas, a parceria com a Amagis coloca as duas instituições um passo à frente para assumir a formação dos residentes jurídicos mineiros. “Estamos ansiosos para

que o Estado de Minas Gerais implemente a residência jurídica, para que a Amagis, juntamente conosco, desenvolva essa formação”, disse.

Também participaram da reunião, o reitor da Escola Superior de Engenharia da Dom Helder, Franclim Brito, representando o professor Paulo Stumpf, diretor executivo da mantenedora,

a diretora administrativo-financeira da Fundação Movimento Direito e Cidadania da Dom Helder, professora Valdênia Geralda de Carvalho, o ouvidor da Amagis, juiz Auro Aparecido, o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, desembargador Maurício Pinto Ferreira, e o desembargador Newton Teixeira, que é professor na instituição.

APP PICCHIONI CÂMBIO

Sua operação de moeda estrangeira de maneira rápida e simples em qualquer lugar.

Associados **AMAGIS** têm desconto especial na compra de dólar e euro.

Use os cupons: **USDAMG | EURAMG**



Delivery gratuito para BH e região.*

*Consulte condições.



*Imagens meramente ilustrativas.

PICCHIONI
CÂMBIO
DESDE 1983

Central de Atendimento:
(31) **3517.0000**

Site | Loja virtual:
www.picchioni.com.br

Instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil | Ouvidoria: 08006017100.

JUÍZA MARIA ISABEL FLECK



IZABELA MACHADO

Humanização da Justiça

A realidade social desafia a Magistratura e o Judiciário em situações que, por vezes, não encontram amparo legal ou são tratadas de maneira formal. Para a juíza Maria Isabel Fleck, da 1ª Vara Criminal de Belo Horizonte, integrante da Diretoria de Apoio a Obras Sociais da Amagis e da Associação dos Magistrados Espíritas (Abrame), a humanização da Justiça é um importante caminho para a solução desses conflitos.

É possível uma Justiça mais humanizada? Quais os princípios?

É possível, factível e depende de nós, operadores do Direito. Os princípios são os norteadores da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, consagrado na Constituição Federal, garantidor das necessidades vitais de cada indivíduo. Humanizar significa dizer viver com humanidade, tratar o outro como gostaria de ser tratado.

Como promover a humanização da justiça diante da realidade social?

Um dos caminhos é a formação dos operadores do Direito, sejam advogados, servidores ou magistrados. É preciso trabalhar princípios filosóficos humanitários e sociais, proporcionar uma visão da realidade social, da coletividade e promover a compreensão da dimensão de que uma decisão pode ter na vida de várias pessoas, seja pela jurisprudência ou por sua repercussão social.

E a atuação interinstitucional?

O desenvolvimento de ações articuladas entre os três Poderes é outro aspecto importante para a humanização da Justiça. O Judiciário tem avançado muito nesse sentido, trabalhando conjuntamente com a Defensoria e o Ministério Público, Ordem dos Advogados, entre outras instituições, na construção de políticas públicas com maior alcance.

Qual o ponto de partida para uma formação humanística?

Deve começar na família, que é a base da sociedade. Infelizmente, hoje percebemos uma desestruturação da família que, consequentemente, tem reflexos na sociedade. É preciso investir, e muito, nas relações familiares, nos vínculos de amor, nos princípios morais. As escolas também cumprem um papel fundamental na formação

humana dos indivíduos. No entanto, os seios familiares precisam ser mais bem estruturados, os professores mais valorizados e ações com a sociedade civil, terceiro setor e movimentos sociais cada vez mais incentivados.

E na formação do magistrado?

É preciso ir além da formação teórica. O candidato passa no concurso de ingresso na Magistratura com uma boa formação teórica, que será aprimorada no curso de formação inicial da Ejef. Também é importante aproximar os magistrados da prática, da realidade que enfrentarão nas comarcas, pois terão de lidar com a miséria e sofrimentos de toda ordem. É preciso ter essa visão da dura realidade.

Como os princípios humanísticos podem contribuir na solução de um conflito?

Podem ser um facilitador em alguns casos, pois o magistrado pode aliar sua formação, tanto jurídica quanto filosófica, suas experiências humanizadoras em sua trajetória de vida e perceber seu semelhante nas partes de um processo. Os métodos alternativos de Justiça, como os autocompositivos, as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) e a Justiça Restaurativa, por exemplo, são importantes instrumentos para a aplicação desses princípios e humanização da Justiça.

Qual a função social do juiz?

Como sabemos, promover a pacificação social, o controle da constitucionalidade das leis, a tutela dos direitos fundamentais e preservar o Estado Democrático de Direito. No entanto, diante da realidade social, em que temos visto muitas dores e sofrimento humano, é preciso avançar. Nesse sentido, penso que a Amagis, com a criação da Diretoria de Apoio a Obras Sociais, abre as suas portas para a solidariedade.

“É importante aproximar os magistrados da prática, da realidade que enfrentarão nas comarcas, pois terão de lidar com a miséria e sofrimentos de toda ordem”

Projeto Corre Legal recebe doação de pares de tênis

TIAGO PARRELA

Com o apoio de fabricantes de calçados de Nova Serrana (Oeste de Minas), a Amagis entregou, no dia 9 de maio, a doação de 100 pares de tênis para o projeto Corre Legal, do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH).

Segundo o presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, que realizou a entrega, os pares de tênis não tiveram custos para a Amagis. “O apoio dos fabricantes de Nova Serrana demonstra o prestígio da Magistratura em capitanear projetos para a recuperação de pessoas em situação de risco”, afirmou.

Na avaliação da juíza Andréa Mol, coordenadora do Corre Legal, o projeto proporciona aos adolescentes uma atividade extramuros, sobretudo com relação aos centros de internação, e promovem o sentimento de pertencimento a um grupo, ao esporte. “O retorno e os resultados alcançados são excelentes”, afirmou.



Doações foram feitas com o apoio de fabricantes de calçados de Nova Serrana

O juiz Afrânio Nardy, do CIA-BH, também destacou a eficácia do Corre Legal. “Os adolescentes que fazem parte do projeto são supermotivados e cumprem suas atividades ativamente, e as medidas são encerradas ou progredidas mais rápido”, avaliou.

A coordenadora do CIA-BH, juíza Riza Nery, observou que os projetos desenvolvidos pelo Centro têm o incentivo de todos os juízes, e conta com o apoio do Minas Tênis Clube, da Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais e da Amagis, desde a gestão do desem-

bargador Alberto Diniz.

O ‘Corre Legal’ foi criado em 2021, é voltado para os adolescentes com restrição de liberdade e em semiliberdade, e incentiva a prática de atividades físicas pelos jovens, tomando o esporte como meio de reeducação social.

AMAGIS, EJEF E BDMG

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, participou, no dia 4 de maio, do encontro entre o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Tiago Pinto, e a presidente do BDMG Cultural, Ana Galinari, no qual foi apresentado o projeto “Caminhos e Contos: a ressocialização pela palavra”, promovido pela Escola. O coordenador-geral do Programa Novos Rumos, desembargador Antônio Armando dos Anjos, também esteve presente.

IZABELA MACHADO



AMAGIS
Saúde!



PLANTÃO TELEFÔNICO
FINAIS DE SEMANA E FERIADOS

(31) 3079-3454
(31) 9 9977-2860

Montes Claros homenageia magistrados com cidadania honorária

FOTOS: CÂMARA DE MONTES CLAROS

A Câmara Municipal de Montes Claros conferiu, no dia 6 de maio, o título de cidadão honorário ao desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente do TJMG e da Amagis, e aos juizes Antônio de Souza Rosa e Vítor Luís de Almeida, ambos da Comarca de Montes Claros (Norte de Minas), em solenidade que contou com a participação de vários magistrados, representantes dos poderes Executivo e Legislativo da região.

Em seu agradecimento, o desembargador Nelson Missias atribuiu a honraria ao trabalho realizado em sua gestão no TJMG, que, entre outros avanços, viabilizou as obras de construção do novo fórum de comarca. “Toda e qualquer homenagem que recebo, ou eventualmente venha a receber, acredito ser em razão do legado da nossa gestão compartilhada no Tribunal de Justiça. Elas se estendem a todos que nos ajudaram a fazer uma gestão estruturante, moderna, integrada, pacífica e respeitada”, afirmou.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, ressaltou a



Vítor Luís



Nelson Missias



Antônio Rosa

importância dos homenageados para o Judiciário. “Otto Lara Resende dizia que o jurista quando é só um jurista, é uma triste figura. Antônio Rosa, Vítor de Almeida e Nelson Missias são daquelas figuras que Otto Lara reverenciaria sempre, porque são muito mais

que juristas”, disse.

O juiz Richardson Xavier Brant, da Vara de Execuções Penais e de Inquéritos Policiais de Montes Claros, discursou em nome dos magistrados da Comarca e manifestou o reconhecimento de todos aos homenageados.

EU LEIO O DECISÃO

Lei o DECISÃO para me manter atualizado sobre o trabalho da Associação e os fatos mais importantes da Magistratura. Gosto de acompanhar o trabalho feito pela Amagis em prol da nossa Classe e o jornal mostra isso. A atual gestão tem implantado muita coisa nova. Por exemplo, vêm sendo publicadas matérias mostrando a vida dos colegas do interior, e o trabalho das novas coordenadorias da Amagis. Sinto que o papel do DECISÃO vem se ampliando, inclusive para aproximar os magistrados.

Juiz André de Melo Silva

2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Januária



DIVULGAÇÃO



POSSE

A desembargadora Valéria Rodrigues, superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMG, e o juiz Marcelo Piragibe tomaram posse, no dia 9 de maio, junto com a nova diretoria do Instituto dos Magistrados do Brasil, para o triênio 2022/2025. Os magistrados assumiram, respectivamente, os cargos de vice-presidente do Instituto e vice-diretor nacional da Escola Superior e diretor artístico do IMB. À direita dos magistrados mineiros (na foto), está o desembargador Peterson Barroso, do TJRJ.

Associativismo é pauta de reunião com comitiva paraguaia

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu, no dia 4 de maio, representantes do Judiciário e do Executivo do Paraguai, interessados em conhecer o trabalho desenvolvido pela Associação, em todos os seus campos de atuação.

A comitiva foi presidida pela juíza Diana Barrios, da Execução Penal de Coronel Oviedo (PAR), e composta pelo chefe da Cooperação da Delegação da União Europeia no Brasil, Stefan Agne, a diretora de Reinserção

Social do Ministério de Justiça do Paraguai, Vanessa Napout, o diretor vice-presidente da AVSI Brasil, Jacopo Sabatiello, e Carlos Cunningham, representante da Costa Rica.

No mesmo dia, o presidente da Amagis conversou com os membros da comitiva sobre a metodologia das Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), em encontro realizado no TJMG. A metodologia apaqueana e o programa Novos Rumos despertaram o interesse dos paraguaios.

GEÓRGIA BAÇVAROFF



Autoridades paraguaias conheceram o trabalho da Amagis

Diretoria se reúne com membros da Jusprev

A Diretoria da Amagis recebeu, no dia 17 de maio, representantes da Jusprev, administradora do Planjus (plano de previdência complementar das carreiras jurídicas), para receber informações detalhadas e atualizadas sobre o fundo de pensão. A Associação é uma das instituidoras da Jusprev.

Com 15 anos de atuação no mercado, atualmente a Jusprev administra um patrimônio previdenciário de R\$400 milhões e conta com 90 associações de classe de carreiras públicas entre suas instituidoras.

Os representantes da Jusprev, o juiz aposentado Geraldo Luiz Ribeiro, membro do Conselho Deliberativo, e Carolina Dutra, consultora previdenciária, foram recebidos pelo presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, pela vice-presidente Financeira, juíza Roberta Rocha Fonseca, pelo vice-presidente Sociocultural-Esportivo, desembargador Maurício Pinto Ferreira.

GEÓRGIA BAÇVAROFF



Jusprev gere patrimônio previdenciário de R\$ 400 milhões

GEÓRGIA BAÇVAROFF



CIÊNCIAS PENAIS

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu, no dia 10 de maio, na sede da Associação, a presidente do Instituto de Ciências Penais (ICP), desembargadora Karin Emerich. Os magistrados conversaram sobre importância das contribuições do ICP, que congrega magistrados, promotores, procuradores, advogados, defensores públicos, para as ciências penais. Luiz Carlos também é membro do Instituto.

O Judiciário e demandas de grande complexidade e repercussão

A Justiça de nosso tempo é a que se revela articuladora de soluções

PERLA SALIBA BRITO*

Em 25 de janeiro de 2019, às 12h28, três anos após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana (MG), a barragem B-I, do Complexo Minerário do Córrego do Feijão, em Brumadinho (Grande BH), operada pela Vale S/A, entrou em colapso, fazendo transbordar outras duas barragens, IV e IV-A, liberando cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos.

Nesse cenário trágico e desafiador, medidas inéditas, urgentes e efetivas de múltiplas naturezas foram exigidas do Poder Judiciário em todas as suas esferas, especialmente do Judiciário local, como forma de assegurar os direitos fundamentais dos atingidos, para amenizar o sofrimento e danos ocasionados aos atingidos. Compreendidos aqui todos que sofreram danos patrimoniais e extrapatrimoniais e/ou tiveram, de alguma forma, o seu modo de vida e bens alterados, em qualquer aspecto, pelo desastre.

Em menos de 72 horas do ocorrido, vários requerimentos foram aviaados e analisados pelo Poder Judiciário em Brumadinho. Além do bloqueio do valor de R\$ 10 bilhões da empresa, foi determinada a salvaguarda dos animais atingidos pelos rejeitos às expensas da mineradora, decretada a prisão temporária de supostos envolvidos na tragédia, iniciando, assim, uma série de demandas judiciais de naturezas diversas referentes ao tema.

Acontecimentos dessa estirpe evidenciam o caráter humano, seja pela beleza da solidariedade ou pela miséria da exploração. Em Brumadinho não foi diferente. Delinquentes que se diziam atingidos pela tragédia falsificaram documentos ou declarações de residentes da zona de autossalvamento, para tentar receber o auxílio emergencial e a doação anunciada pela mineradora. Em razão disso,

processos criminais foram instaurados e prisões preventivas decretadas para o resguardo da ordem pública.

Em meio a tragédias como as ocorridas em Brumadinho (MG), Mariana (MG), Unai (MG) – Chacina de Unai, Santa Maria (RS) – Boate Kiss – e Petrópolis (RJ), não se pode olvidar o papel de relevância assumido pelo Poder Judiciário como garantidor dos direitos do cidadão, pacificador social e um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito, frente a demandas de grande repercussão e complexidade.

Ressalto o caso de Brumadinho por ter experimentado a realidade estabelecida após a tragédia, que causou múltiplas rupturas e perdas simbólicas, culturais, econômicas, de infraestrutura e pessoais (familiares, amigos, vizinhos e lugares de referência). Sem contar os danos sofridos por aqueles que viviam do uso e ocupação do solo e se beneficiavam do Rio Paraopeba, seja para o consumo de água, produção agrícola ou mesmo o lazer.

Essa dura realidade contribuiu para o aumento expressivo do acervo processual da Comarca de Brumadinho, robustecendo a necessidade de o Poder Judiciário e demais atores processuais privilegiarem a solução pacífica dos conflitos, lançando mão de meios alternativos como a conciliação e a mediação, invertendo, assim, a arraigada cultura da litigiosidade.

O desastre demandou o estudo e aprimoramento de temas específicos, técnicos e complexos, afetos ao Direito Minerário, que não faziam parte do cotidiano forense. O fato de a Barragem I, do Córrego do Feijão, ter rompido cerca de três meses após sua estabilidade ter sido garantida pela empresa responsável pela auditoria técnica de segurança na estrutura em questão, afetou o sistema

de certificação de barragens minerárias e incrementou a fiscalização nesses empreendimentos, exigindo estado de alerta do Poder Judiciário na apreciação dos processos envolvendo atividades minerárias de potencial risco.

O caminho percorrido trouxe vários ensinamentos. Na verdade, ninguém, absolutamente ninguém, está preparado para vivenciar uma tragédia de tamanha proporção. É indubitável que um acontecimento dessa magnitude desafia a imediata atuação, não só do Poder Judiciário, mas também de entidades não governamentais e de todo o poder público, evidenciando que o apoio institucional, a colaboração em rede, consubstanciada no diálogo do Poder Judiciário com outras instituições, respeitadas as respectivas competências, e o aprimoramento constante dos magistrados, é fundamental para o bom andamento dos trabalhos e para imprimir celeridade na prestação jurisdicional.

As intervenções do Poder Judiciário, em atenção à razoável duração do processo, materializam respostas aos dramas humanos. Define segurança e confiança à sociedade. É a força da esperança de que a Justiça não pode ser só uma referência abstrata perdida no tempo, quando então será apenas mais uma pedra jogada contra os que são vítimas de toda forma de excessos, abusos e injustiças. O Judiciário destes tempos é o que se revela presente quando dele se espera prontidão, quando dele se espera que seja o articulador de soluções. Esse é o seu lugar na moderna e complexa sociedade em que vivemos.

(*) Juíza da 1ª Vara Cível, Criminal, da Infância e Juventude e dos Juizados Especiais da Comarca de Brumadinho à época do desastre, atualmente no 3º JD da Unidade Jurisdicional da Comarca de Betim

Duas rodas são lazer e paixão de magistrados

Uma paixão passada de pai para filho. Foi assim que o juiz Gustavo Moreira, da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Frutal (Pontal do Triângulo), desenvolveu, com o pai Mauro Machado Moreira, o gosto pelas motos.

Na adolescência, o juiz chegou a participar de provas de Cross Country e, aos 20 anos, inscreveu-se como piloto de motovelocidade, mas desistiu de competir para levar adiante o sonho de se tornar magistrado. Hoje, Gustavo Moreira utiliza a moto para passeios longos e viagens pela América do Sul, tendo visitado, na companhia de sua esposa Juliana Oliveira Moreira, países como o Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai, além de conhecer diferentes regiões do Brasil.

Apesar de ser um amante das duas rodas, Gustavo Moreira não utiliza o veículo para ir ao trabalho. As razões para esse cuidado são as mesmas do juiz José Roberto Poiani, da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Uberlândia (Triângulo Mineiro), aficionado por motos há pelo menos 30 anos. Ambos preferem não circular pelas ruas da cidade

em função da falta de segurança das vias urbanas e por usarem terno para ir ao fórum.

No entanto, em março deste ano, os magistrados abriram uma exceção e, juntos, fizeram uma viagem a trabalho por comarcas da região do Triângulo até Unaí. Ao contrário de Moreira, o juiz Roberto Poiani costuma fazer viagens mais curtas e sozinho, pois procura dedicar seu tempo livre à família.

A cerca de 400 quilômetros do Triângulo Mineiro, o juiz Flávio Schmidt, da Comarca de Muzambinho (Sul de Minas), é outro magistrado entusiasta do motociclismo. Assim como Gustavo Moreira, Schmidt desenvolveu o gosto pelas motos ainda criança, em São Borja (RS), sua cidade natal.

Com a realização de uma etapa do campeonato brasileiro de motocross em São Borja, a paixão pelas duas rodas se fortaleceu e, aos 14 anos, o magistrado começou a competir na modalidade até os 17 anos, quando ingressou na Faculdade de Direito. Schmidt também só utiliza a moto para o lazer.

As coincidências com os juízes Gustavo Moreira e Ro-

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



Juiz Gustavo Moreira e a esposa Juliana em Uspallata (ARG)



Gustavo Moreira e Roberto Poiani em viagem por Minas Gerais

berto Poiani, no entanto, pararam por aí. Ao contrário dos outros dois, que rodam pelas estradas, Schmidt prefere os

terrenos acidentados das trilhas de motos e chega a percorrer 200 quilômetros num final de semana.

Abertas as inscrições para os jogos da Magistratura

As inscrições para a IX edição dos Jogos Nacionais da Magistratura da AMB estão abertas até o dia 26 de julho. Neste ano, a competição será promovida com o apoio da Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase) e será realizada dos dias 10 a 14 de agosto, em Aracaju (SE).

Magistrados de todo o País poderão pôr à prova suas habilidades nas competições de xadrez, futsal, tênis, natação, beach

tênis, tiro esportivo e atletismo, num total de 14 modalidades. Os jogos têm como objetivo promover a integração da Magistratura nacional por meio do incentivo da prática esportiva.

A Comissão Técnica Disciplinar dos Jogos é composta pelos magistrados José Antônio Azambuja Flores – coordenador – (RS), Thiago Grazziane Gandra (MG), Isaac Costa Soares de Lima (SE), Roberto Alcanta-

ra de Oliveira Araújo (SE), Marcus Vinicius Gouvêa Quintas (AP), Gildo Alves Carvalho Filho (AM), Sérgio Menezes Lucas (SE), e o produtor de eventos esportivos Sérgio Thiessen, da empresa Agitação.

As inscrições e mais informações sobre os jogos podem ser obtidas no site amase.com.br/jogos2022 ou escaneando o QR code ao lado.

INSCREVA-SE





2018

Na edição de junho, o DECISÃO destacou a defesa da Justiça Eleitoral pela Amagis, AMB e associações de classe.

CULTURA



2020

O alto índice de aprovação (98,9%) da Amagis Saúde, pelos usuários do plano, foi capa do DECISÃO de junho.



POESIA

Juiz mineiro vence prêmio nacional de literatura da AMB

UNSPLASH

O juiz aposentado do TJMMG Odilon de Ávila Flores foi o grande vencedor, na categoria poesia, da 2ª Edição do Prêmio Nacional de Literatura para Magistrados, promovido pela AMB em parceria com a Academia Paulista de Letras (APL). O magistrado recebeu o primeiro lugar com o poema “As duas viagens do meu pai” (leia ao lado).

O magistrado havia publicado a poesia A visita (ou A viagem) na 4ª edição da Revista MagisCultura Mineira e participou de um concurso literário pela primeira vez. Ele possui uma série de textos que planeja reunir em um livro.

“Ganhar o prêmio foi uma surpresa e uma satisfação muito grande. Sempre escrevi e reúno muitos textos de minha autoria. Fiquei muito feliz quando soube do resultado do prêmio”, comentou Odilon Flores.

O prêmio de literatura da AMB tem como objetivo incentivar a produção cultural da Magistratura. Nesta segunda edição, 98 associados participaram do concurso com obras inéditas nas categorias poesia, crônica, conto e depoimento. Foram premiados os três melhores textos de cada gênero literário e entregues três menções honrosas.

As duas viagens do meu pai



Canoeiro, canoeiro,
Que levou meu velho pai.
Não era do rio,
Nem era do mar.
De onde que era?
Levou meu pai.”

DIVULGAÇÃO



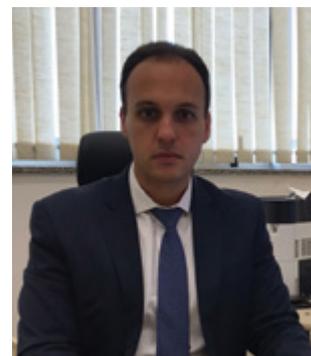
GARIMPANDO ESTRELAS

O desembargador José Arthur Filho, presidente eleito do TJMG, lançou, no dia 13 de maio, durante Bial Mineira do Livro 2022, realizada no BH Shopping, a obra “Garimpando Estrelas”. O livro reúne poesias de diferentes fases da vida do magistrado, traduzindo assim sua trajetória de vida até então. Na foto ao lado, José Arthur Filho recebe os cumprimentos do desembargador Geraldo Augusto de Almeida, ex-presidente do TJMG.

EU LEIO O DECISÃO

Do meu ponto de vista, o jornal DECISÃO é a melhor ferramenta para termos acesso rápido, assertivo e até certo ponto resumido dos principais assuntos sobre o associativismo e os interesses da Magistratura, como a defesa dos direitos e das prerrogativas da Classe. O jornal também traz questões referentes à saúde, como iniciativas promovidas pela Amagis Saúde. O DECISÃO nos proporciona uma leitura rápida, agradável e completa, o que, para mim, faz dele uma leitura indispensável.

Juiz Fernando Lamego Sleumer
Centrase Cível de Belo Horizonte



CURADORIA

DESEMBARGADOR
MOACYR LOBATO

FILME

Ladrões De Bicicleta

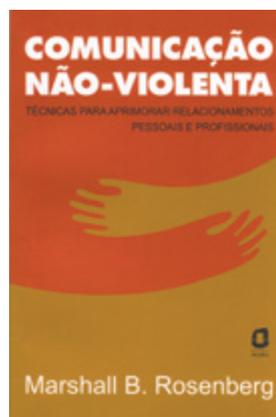
Neste momento, tenho assistido mais a filmes clássicos. *Ladrões de Bicicleta* é de 1948, e é realmente extraordinário. Sua temática é atual e comovente. O filme conta história de um pai de família, Antonio Ricci, um trabalhador de origem humilde que vive em Roma, e luta para sustentar a família. Para começar um novo emprego, ele precisa de uma bicicleta e penhora as roupas de cama da casa. A bicicleta é roubada e Ricci e seu filho Ricci saem pela cidade tentando encontrá-la. O filme foi dirigido por Vittorio De Sica.

JUÍZA FLÁVIA
BIRCHAL DE MOURA

LIVRO

Comunicação não-violenta

Em um período no qual o diálogo é cada vez menos valorizado, e que mediação e a conciliação são sempre importantes, indico o livro "Comunicação não-violenta", escrito por Marshall Rosenberg. O autor nos ensina a dialogar de uma maneira não violenta, abrindo o caminho para acordos ao final de uma conversa. Rosenberg demonstra que, mudando a forma de conversar, é possível ter um resultado diferente sobre um mesmo tema já discutido anteriormente. O livro está disponível na versão impressa e e-book.

**Pixinguinha 'como nunca'**

TIAGO PARRELA

O músico Henrique Cazes reuniu uma turma de responsa para apresentar ao público uma seleção de 26 obras do maestro, compositor e músico Alfredo da Rocha Vianna, o Pixinguinha. São descobertas de seu neto, Marcelo Vianna, inéditas e poucas conhecidas do mestre do Choro e mais algumas clássicas.

O show espetáculo "Pixinguinha como nunca" é fruto do respeito e celebração a essa música viva nossa, o Choro, que Henrique Cazes traz e comprova ao público, um conjunto de partituras descobertas em cadernos de músicas perdidas do gênio.

Com o time "Sexteto Pinguinha", muito bem centrado no pandeiro de Marcos Suzano e ritmo do cavaquinho de Henrique Cazes, além dos bordões do violão de João Camareiro, e com a presença da sanfona de Marcelo Caldi, o conjunto conta ainda com as frases e melodias do sax, flauta e flautim de Carlos Malta e do trompete e flugelhorn de Silvério Pontes.

E para celebrar o espetáculo com homenagem e reverência ao maestro Pixinguinha, seu neto, o cantor e intérprete Marcelo Vianna traz, com muito talento, algumas canções e modinhas no show.

Pixinguinha, um dos músicos mais completos do Brasil, foi responsável direto por dar cara, corpo e voz à música brasileira, além de cores no que representa a produção musical do país. Além de preservar a forma e tradição do Choro e Samba, Pixinguinha buscou sempre modernizar a composição, trazendo e desenvolvendo a linguagem do contraponto na música popular brasileira, e apurando a harmonia.

O projeto é fruto de uma cuidadosa pesquisa no acervo do compositor, além do material de outros compositores e instrumentistas, de músicas jamais gravadas ou apenas tocadas em algumas transmissões radiofônicas. A exibição passou por Belo Horizonte na semana nacional do Choro no final de abril.

Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua

Resolução 425
do CNJ institui a
Política Nacional
de Atenção
a Pessoas em
Situação de Rua

SÉRGIO HENRIQUE CORDEIRO CALDAS FERNANDES*

Em outubro de 2021, com grande ênfase pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux, foi publicada a resolução 425, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades.

Muito mais do que uma carta de intenções, a resolução 425 visa dar concretude a todo arcabouço normativo que busca assegurar o amplo acesso à justiça àqueles em situação de hipervulnerabilidade econômica e social, como a população que sobrevive nas ruas, perpassando os arts. 3º, I, III e IV, 6ª da Constituição Federal e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem o Brasil como um dos seus signatários.

Entre os dois projetos que foram referências para a resolução 425, está o programa do TJMG Rua do Respeito que, desde 2014, atua no combate à invisibilidade e melhoria do acesso à justiça das pessoas em situação de rua. Com o recente advento da resolução 999 de 2022 do TJMG, o referido programa se tornou permanente e foi criado o comitê para a promoção de políticas públicas judiciais de atenção às pessoas em situação de rua.

Não se desconhece que uns se compadecem, enquanto outros se assustam com o aumento do número de pessoas que têm de buscar nos restos deixados nas ruas a sua sobrevivência. O fato é que fatores socioeconômicos explicam, apenas em parte, o fenômeno, o que não é difícil de observar ao se comparar o preço do aluguel de um barracão em um aglomerado urbano com o fato de milhões de brasileiros viverem com menos de R\$ 151,00 por mês, bem como a crise de moradia, a questão do desemprego crônico, do aumento da procura pelos serviços médicos melhores em razão da pandemia de Sars-Cov-2,

e o próprio “mal-estar da civilização”, que parece afetar acentuadamente a saúde mental coletiva em épocas de grandes mudanças tecnológicas e de padrões de comportamento social.

Mas existem também milhares de pessoas em situação de rua na rica Berlim, em sua imensa maioria alemães ou europeus comunitários, assim como mais de meio milhão de homeless nas terras estadunidenses, entre os quais muitos veteranos de guerra. No Japão, é uma questão ainda não adequadamente enfrentada, como já bem mostrava a obra de Satoshi Kon. Ou seja, não é apenas uma questão social, estamos a tratar também da condição humana.

São pessoas que, em muitos casos, perderam o propósito de vida durante o cami-

nho, e a vontade foi fraturada pelo rompimento dos laços familiares, desemprego, perda da moradia, afastamento das raízes, conflito com a lei, imersão no mundo das drogas, padecimento mental, perda do tônus físico pelo envelhecimento, precoce ou não. Situações que não são desconhecidas pela sociedade, porém são acentuadas pelo flagelo das ruas. A pessoa em situação de rua, normalmente solitária, embora por vezes nômade, vai procurar um local iluminado, seguro, onde possa sobreviver aos perigos da noite e conseguir o seu sustento durante o dia. O planejamento é diário. Os sonhos não têm tempo de acontecer. O propósito se esvai. E os anos vão passando de forma diferente para aquela pessoa, que se sente invisível, e para o restante da sociedade, que o torna invisível.

As pessoas em situação de rua só poderão superar a difícil trajetória se acolhidas e incluídas pela sociedade da qual fazem – ou deveriam fazer – parte. E tal não acontecerá se elas não puderem exercer os seus direitos básicos que muito superam os previdenciários, assistenciais e registrais. A resposta fácil da pessoa desconfortada com um ser humano chafurdando o seu lixo de exigir que o Poder Público o envie para um gueto, longe dos seus olhos, ou para trabalhos forçados é conhecida na história. Daí a criação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como basilar das constituições democráticas do pós-guerra. Todos devemos ser tratados de forma digna. Mais que isso, ninguém deve ser desumanizado. A invisibilidade é o primeiro passo para a desumanização, que é antessala do ódio que afasta a compaixão e sela o destino do outro. Nada mais diferente da noção de Justiça, virtude ética que se relaciona com o outro, que juramos defender.

“Não se desconhece que uns se compadecem, enquanto outros se assustam com o aumento do número de pessoas que têm de buscar nos restos deixados nas ruas a sua sobrevivência. O fato é que fatores socioeconômicos explicam, apenas em parte, o fenômeno”

“A pessoa em situação de rua, normalmente solitária, embora por vezes nômade, vai procurar um local iluminado, seguro, onde possa sobreviver aos perigos da noite e conseguir o seu sustento durante o dia. O planejamento é diário. Os sonhos não têm tempo de acontecer”

(*) Juiz da 23ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, membro do Núcleo de Voluntariado do TJMG.

PENSAMENTO JURÍDICO



RESIDÊNCIA JURÍDICA

O desembargador Franklin Higino, da 3ª Câmara Criminal do TJMG, e o juiz Richardson Xavier Brant, da Comissão Provisória de Apoio à Criação da Escola superior da Magistratura da Amagis, esclareceram o funcionamento da residência jurídica e seus objetivos. Esse programa de ensino, regulado pelo CNJ, foi objeto de parceria entre a Amagis e a Faculdade Dom Helder. (Foto)

MULHERES PRESAS

Nos últimos 20 anos, o total de mulheres privadas de liberdade no País saltou de cerca de 6.000 para 37.165 em 2020. Esse quantitativo deixa o Brasil na 5ª colocação entre os países que mais encarceraram mulheres. Para falar sobre o assunto, o Pensamento Jurídico conversou com o juiz Marcelo Augusto Lucas Pereira, da vara de Execuções Penais de Belo Horizonte.

CANAIS E PROGRAMAÇÃO

TV Justiça no Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

Horários:

terça-feira, às 21h (inédito), quinta-feira, às 13h e domingo, às 4h30 (reprises)

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE



TV Justiça em BH:

Net (7), Oi (6 e 901)

CENTRASE

A Centrase da Comarca de Belo Horizonte tem competência para julgar, em regime de cooperação, processos em fase de cumprimento de sentença transitada em julgado. Em maio, magistrados do TJMG apresentaram as Centrases Cível e Fazendária de BH a juízes do TJSC, interessados no modelo. O juiz Fernando Lamego Sleumer, da Centrase Cível de BH, abordou o assunto.

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

O TJMG realiza, em junho, o 1º mutirão do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte. Mais de três mil audiências foram agendadas. Qual é o perfil dos réus que podem participar? É possível conciliar nessas demandas? O Pensamento Jurídico convidou a juíza Flávia Birchal de Moura, coordenadora dos Juizados Especiais de Belo Horizonte, para falar sobre o tema.

COMUTAÇÃO DA PENA

O que é a comutação da pena? Quem tem esse direito? Quais as diferenças entre anistia, graça e indulto? Para esclarecer essas dúvidas, o programa convidou o juiz Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro, vice-presidente de Interior da Amagis e titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de Uberlândia (Triângulo Mineiro), e o advogado Maurício Campos Júnior. (Foto)

TRATAMENTO PENITENCIÁRIO

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e o ex-secretário adjunto de Segurança Pública de Minas Gerais, Luís Flávio Saporì, lançaram o livro “Tratamento Penitenciário – Um estudo sobre tortura, maus-tratos e assistência às pessoas privadas de liberdade”. O programa discutiu a situação carcerária no Brasil e o tratamento dado aos presos. (Reprise)

JUSTIÇA ELEITORAL

O Via Justiça fez uma análise dos 90 anos da Justiça Eleitoral, criada com o Código Eleitoral de 1932. O Código mudou a história da democracia no Brasil. No programa, o desembargador do Rogério Medeiros, ex-presidente do TRE-MG, e a juíza da Corte Eleitoral mineira, Patrícia Henriques Ribeiro, comentaram diversas inovações trazidas pelo Código de 1932. (Reprise)

TRANSPORTE AÉREO

O programa abordou os direitos do consumidor no transporte aéreo. Os convidados foram o juiz Paulo Barone, do Juizado Especial Cível de BH, e o coordenador do Procon Assembleia, Marcelo Barbosa. Eles falaram sobre os direitos e deveres de consumidores e empresas. Qual a responsabilidade civil no caso de desrespeito às leis? Como proceder para fazer valer direitos inobservados? (Reprise)

VIA JUSTIÇA



CANAIS E PROGRAMAÇÃO

TV Justiça no Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

Horários:

TV Justiça: quarta-feira, às 9h30 (inédito), domingo às 21h e terça às 4h (reprises)

TV Justiça em BH:

Net (7), Oi (6 e 901)

TV Assembleia:

Net e Oi TV (11), Sinal aberto digital (61,2) e analógico UHF (35)

TV

Assembleia

Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE



MAGISTRATURA NA MÍDIA

1 17/05/2022 2 16/05/2022



LEIA A NOTÍCIA



LEIA A NOTÍCIA



3 25/05/2022 4 08/05/2022



LEIA A NOTÍCIA



LEIA A NOTÍCIA



5 08/05/2022 6 03/05/2022



LEIA A NOTÍCIA



LEIA A NOTÍCIA



AMAGIS EM IMAGENS

TIAGO PARRELA



Vice-governador Paulo Brant recebe Medalha Ruy Gouthier

CECÍLIA PEDERZOLI/TJMG



instalação da nova Vara de Família em Ribeirão das Neves

MIRNA DE MOURA/TJMG



Inauguração do novo Fórum de Pedro Leopoldo

AMAGIS



Posse da nova defensora pública-geral, Raquel Dias

AMAGIS NA MÍDIA

DC DIÁRIO DO COMÉRCIO

DC MAIS

VIVER EM VOZ ALTA | A revista "Magiscultura", da Amagis

COMPARTILHE



Artigo ressaltou a qualidade dos textos da revista



LUÍS FLÁVIO SAPORI
LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS

entrevista
coletiva

Programa Entrevista Coletiva da Band no dia 29 de abril

Amagis saúde é referência e parceria para a Adep/MG

TIAGO PARRELA



Bruno Reis, Fernando Martelleto, Luiz Carlos e Eliane Medeiros na sede da Amagis

Em busca de referências para um futuro plano de autogestão em saúde, o presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), Fernando Campelo Martelleto, foi recebido pelo presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, no dia 16 de maio, na sede da Associação.

Na ocasião, Luiz Carlos falou sobre o trabalho desenvolvido na Amagis Saúde em prol da promoção da qualidade de vida da Magistratura mineira e seus

familiares. A vice-presidente da Adep-MG, Eliane Aparecida de Castro Medeiros, e o diretor Sociocultural e de Esportes, Bruno Barcala Reis, também participaram do encontro.

Atualmente, a Amagis Saúde conta com mais de 2 mil prestadores de serviços credenciados (médicos, hospitais, clínicas e laboratórios) em toda a Minas Gerais. O plano promove programas de saúde preventiva, como o IntegrAmagis, Amor à Vida e Check-up, além de campanhas como

as de vacinação, Outubro Rosa e Novembro Azul.

O trabalho desenvolvido nesses 46 anos de atuação, teve reconhecimento não só de outras associações, entre elas a Adep-MG, mas também da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) que, por 11 vezes consecutivas, reconheceram a excelência da Amagis Saúde no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar da ANS.

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE
LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Jair Francisco dos Santos

DIRETOR DE SAÚDE
Edison Feital Leite

DIRETORA FINANCEIRA
Flávia Birchal de Moura

CONSELHO GESTOR: SEGUNDA INSTÂNCIA
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferezini
Valéria Rodrigues Queiroz
Guilherme Azeredo Passos

JUÍZES DA CAPITAL
Flávia Birchal de Moura
Renato Luiz Faraco

Suplentes
Clayton Rosa de Resende
Cláudia Aparecida Coimbra Alves

JUÍZES DO INTERIOR
Elxander Camargos Diniz
Josselma Lopes da Silva Lages
Suplentes
Fabiano Garcia Veronez
Marcelo Carlos Cândido

APOSENTADOS
Ana Maria de Oliveira Froes
José Nicolau Masselli

SUPLENTES
Maura Angélica Ferreira
José Maria dos Reis

OUIDOR DA AMAGIS SAÚDE
Auro Aparecido Maia de Andrade

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Bruno Gontijo
Mtb - MG: 11008

JORNALISTAS
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

TOMOGRAFIA DE COERÊNCIA ÓPTICA

O que é a OCT?

A Tomografia de Coerência Óptica (OCT) é um exame oftalmológico não invasivo e sem contato que fornece imagens de seção transversal de alta resolução dos tecidos oculares.

Quais são as diretrizes da ANS?

Os planos de saúde devem seguir as seguintes diretrizes para liberação do exame: acompanhamento de pacientes em tratamento ocular quimioterápico, de confirmação diagnóstica de edemas macular cistóide e macular diabético, buraco macular, membranas neovasculares sub-retiniana e epirretiniana, distrofias retinianas, suspeita de glaucoma e diagnóstico em hipertensos oculares.

Tem cobertura do plano?

Sim. É preciso autorização prévia conforme as Diretrizes de Utilização da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Como solicitar a autorização prévia?

Encaminhar a solicitação médica com justificativa pessoalmente à Amagis Saúde, pelos e-mails autorizacao@amagis.com.br e pedido@amagis.com.br, ou pelo fax (31) 3223-3683.

CÂNCER DE PRÓSTATA

Cirurgia robótica é incluída no rol de procedimentos da Amagis Saúde

GEÓRGIA BACVAROFF



Conselho Gestor de Saúde atua pelo aprimoramento do plano

O Conselho Gestor de Saúde decidiu, no dia 24 de maio, pela inclusão da cirurgia robótica para o tratamento do câncer de próstata no rol de procedimentos da Amagis Saúde. A adoção dessa técnica, na cobertura oferecida aos usuários do plano, não é uma exigência da Agência Nacional de Saúde (ANS) para as operadoras de saúde.

Ao incluir a cirurgia robótica na

cobertura da Amagis Saúde, o Conselho Gestor atendeu a solicitações de associados, e levou em consideração a precisão com a qual operação é feita, o tempo de internação hospitalar e a recuperação do paciente. A liberação do procedimento será feita a partir de indicação médica.

Durante a reunião, o Conselho Gestor de Saúde aprovou a correção das

mensalidades do plano em 5,5%. Valor 10% mais baixo do que o autorizado pela ANS para os planos de saúde individual, cujo reajuste foi 15,5%.

A atualização do valor foi feita com o objetivo de manter a saúde financeira do plano, um dos indicadores avaliados pelo Índice de Desempenho da Saúde Suplementar da ANS, no qual a Amagis Saúde alcançou avaliação máxima.

UNIVERS

Saúde e bem-estar como melhor benefício

A partir de

50%

de desconto

Em medicamentos genéricos tarjados

A partir de

18%

de desconto

Em medicamentos de marca tarjados

Druga Raia

DROGASIL

Apresente sua carteirinha da Amagis saúde na Droga Raia ou Drogasil e aproveite!

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINISTROS

AMAGIS Saúde

ESPORTE É SAÚDE

Amagis promoverá 1ª corrida de rua da Magistratura Mineira

A Amagis e Amagis Saúde promoverão, no segundo semestre deste ano, a primeira corrida de rua da Magistratura mineira. A escolha da modalidade levou em consideração o resultado da pesquisa realizada pela Diretoria de Esportes da Associação, cujo resultado demonstrou que 32,9% daqueles que responderam ao questionário praticam corrida, ficando atrás somente da musculação com um índice de 44,9%.

Popular entre magistrados e magistradas, a corrida de rua é, hoje, um dos esportes mais praticados pelos brasileiros, com mais 4,5 milhões de corredores em todo o País, conforme levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE, de 2015. A estimativa é de que esse número tenha aumentado de maneira significativa a cada ano.

Entre os elementos que ex-

plicam o alto número de praticantes de corrida de rua, estão a facilidade de encontrar um local para a prática (praças, parques e ruas), o fato de ser possível desempenhar a atividade sozinho, e custos mais acessíveis dos acessórios básicos disponíveis aos corredores.

Entretanto, antes de calçar o tênis e começar a correr, é preciso tomar alguns cuidados. O uso do tênis adequado pode, ao mesmo tempo, evitar desgaste físico e melhorar o desempenho do atleta. Para fazer a escolha correta, o corredor precisa saber qual seu tipo de pisada: neutra, pronada ou supinada.

A pisada neutra tem por característica impulsionar a parte frontal do pé, a pronada começa com o lado esquerdo do calcanhar e finaliza nas regiões próximas do dedão, e a supinada é aquela que a pessoa utiliza a parte externa

ARQUIVO AMAGIS - 02/03/2018



Amagis na corrida da Associação de Delegados, em 2018

do pé. É possível identificar o tipo de pisada pelo desgaste do tênis, mas o correto é procurar um médico ortopedista para que a avaliação seja feita.

A alimentação adequada, seja antes de iniciar a corrida ou após a atividade física, também é outro cuidado importante. A indicação de qual melhor alimento a ser consumido deve

ser feita por um especialista, que irá observar as necessidades de cada atleta.

A Amagis Saúde oferece aos associados, por meio do programa Amor à Vida, consultas com um nutricionista. As consultas podem ser agendadas pelo telefone (31) 3079-3472 ou pelo WhatsApp (31) 99778-3177.

Psiquiatra do Amor à Vida é homenageado nos EUA

O médico psiquiatra Octávio Maia Saliba, do Programa 'Amor à Vida' da Amagis Saúde, passou a integrar, como membro internacional, a Associação Americana de Psiquiatria (APA, na sigla em inglês). A distinção foi outorgada durante homenagem realizada no dia 23 de maio, em Nova Orleans (EUA).

Único brasileiro agraciado entre os

especialistas indicados de várias regiões do mundo, Saliba foi certificado pela instituição e relacionado como membro da APA. Com a distinção, Octávio Saliba passou a ser membro internacional da associação de psiquiatria, composta por psiquiatras que buscam promover relevantes contribuições no campo nesse campo da medicina.

Além da psiquiatria, o programa Amor à Vida oferece atendimento nas especialidades de cardiologia, endocrinologia, geriatria, nutrição. A Associação também presta auxílio odontológico e em fisioterapia. Para agendar atendimento, ligue para (31) 3079-3472 ou envie mensagens de WhatsApp (31) 99778-3177.